

MOUSEION

Canoas, n. 44, 2023.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi44.12001>

O monumento a Carlos Marighella e as disputas pela memória na Alameda Casa Branca, em São Paulo

Mariana Mendonça Tessitore¹

Resumo: Este artigo reconstitui a trajetória do monumento a Carlos Marighella, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, local onde o guerrilheiro foi assassinado em 1969. A partir de diferentes fontes sobre o tema, como matérias de imprensa e entrevistas, além de referências bibliográficas, o texto narra a história do monumento, da sua idealização até a sua recepção, abordando como as disputas em torno da homenagem a Marighella ressoam os embates a respeito da memória da ditadura civil-militar brasileira. Também trata dos atos realizados anualmente no local, refletindo sobre como o monumento serve como plataforma para militantes políticos discutirem temas do cenário político atual, em uma ação que parte de uma memória individual para tratar de questões sociais, tensionando as fronteiras entre indivíduo e coletivo.

Palavras-chave: Carlos Marighella; monumento; memória; ditadura civil-militar.

The monument to Carlos Marighella and the disputes over memory on Alameda Casa Branca in São Paulo

Abstract: This article retraces the history of the monument to Carlos Marighella on Alameda Casa Branca in São Paulo, where he was assassinated in 1969. Using sources on the subject, such as press articles and interviews, as well as bibliographical references, the text tells the story of the monument, from its conception to its reception, showing how the disputes surrounding the monument reflect the broader clashes over the memory of the Brazilian civil-military dictatorship. It also reflects on the political acts that take place there every year, discussing how the monument serves as a platform for political activists to address current political issues, in an action that starts from an individual memory to address social issues, pushing the boundaries between the individual and the collective.

Keywords: Carlos Marighella; monument; memory; brazilian military dictatorship.

¹ Mestranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Universidade de São Paulo. E-mail: mari.mtessitore@gmail.com

O monumento a Carlos Marighella e as disputas pela memória na Alameda Casa Branca, em São Paulo

No dia 4 de novembro de 1999, o monumento a Carlos Marighella (1911-1969) foi inaugurado na Alameda Casa Branca, número 815, no bairro dos Jardins, em São Paulo (SP). Com 1,13 m de altura, a peça era constituída por uma pedra bruta de granito, de 400 kg, contendo a seguinte inscrição, lapidada em baixo relevo: “Aqui tombou Carlos Marighella, em 4/11/1969, assassinado pela ditadura militar”. A escultura foi fixada no tronco de uma árvore tipuana, circundada por uma resina da cor vermelha, com moldura em filete de granito preto.

A obra foi idealizada pelo arquiteto Marcelo Ferraz, cuja esposa, Isa Grinspum Ferraz, é sobrinha da ativista Clara Charf, viúva de Marighella. A escolha do local teve grande importância, já que foi naquela rua onde o líder comunista foi assassinado, em 1969, numa operação de grandes proporções, que envolveu cerca de 30 policiais e ocasionou duas mortes, além da do guerrilheiro. Ao ser instalada ali, a obra reforçava, portanto, a Alameda Casa Branca como um local de celebração da trajetória de Marighella, mas também de uma violação de direito por parte do Estado.

Autorizado pela Prefeitura de São Paulo, o monumento foi incluído, posteriormente, no inventário das obras de arte em logradouros públicos da cidade de São Paulo, realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico. A inclusão garante sua proteção e limpeza pela prefeitura, serviços que precisam ser acionados com certa frequência, já que, desde o início, a escultura foi contestada, inclusive com intervenções contrárias em seu suporte.

Por outro lado, desde sua inauguração, o monumento é ponto de encontro de militantes que, todo dia 4 novembro, data da morte de Marighella, reúnem-se no local para lembrar o legado do líder comunista e tratar também de temas atuais, num diálogo entre passado e presente. Com seus cartazes, flores e palavras de ordem, os participantes ocupam a Alameda Casa Branca, ativando o memorial além da sua materialidade física.

A partir de matérias de imprensa, entrevistas com pessoas envolvidas no projeto e acesso a documentos sobre o monumento, o artigo reconstitui e analisa a concepção da obra. Também são retomadas as tensões em torno do monumento, incluindo as intervenções contrárias, além dos atos realizados no local. Ao traçar a trajetória da obra, o texto analisa como as disputas em torno da homenagem a Carlos Marighella, na Alameda Casa Branca, refletem os embates mais amplos a respeito da memória da ditadura civil-militar brasileira.

Contextualizações e iniciativas de preservação da memória

Nascido em 1911, na cidade de Salvador, Marighella era filho do operário italiano Augusto Marighella e da baiana Maria Rita dos Santos, descendente de haussás, etnia proveniente do Sudão, que foi escravizada no Brasil. Começou a se envolver com política quando era estudante na Escola Politécnica da Bahia, na década de 1930, momento em que se filiou ao Partido Comunista. Em 1935, deixou o curso de engenharia e se mudou para o Rio de Janeiro, então capital do país, para assumir mais funções no partido. Em 1936, foi preso e torturado pela polícia, sendo libertado apenas em 1937. Do Rio, saiu para São Paulo com o objetivo de assumir mais funções no partido. Em 1939, foi preso novamente, passando um total de seis anos encarcerado, em presídios na ilha de Fernando de Noronha e na Ilha Grande.

No ano de 1945, quando o PCB foi legalizado, foi eleito deputado pelo estado da Bahia. Três anos depois, seu mandando e de seus colegas foi cassado, após o partido ser classificado como ilegal pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em 1964, com o golpe civil-militar, Marighella passou a ser procurado pela polícia, o que se intensificou a partir de 1967, quando deixou o PCB e optou pela luta armada. Defendendo que essa era a melhor estratégia para combater o governo, fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN),

que promovia assaltos e outras táticas de guerrilha urbana para angariar fundos. Em 1969, ano em que publicou seu famoso *Minimanual do guerrilheiro urbano*, foi assassinado pelo Estado, em uma operação de grandes proporções.

No dia 4 de novembro de 1969, por volta das oito horas da noite, Marighella compareceu à Alameda Casa Branca, em São Paulo, para um encontro com dois frades dominicanos. Dias antes, a equipe do delegado Sérgio Fleury conseguira descobrir, a partir de uma série de prisões e da constante prática da tortura, o apoio dos dominicanos à ALN. Com isso, capturaram os freis Yves do Amaral Lesbaupin e Fernando de Brito e montaram a emboscada, composta por sete automóveis e cerca de 30 policiais armados, além de um cachorro pastor alemão.

Marighella chegou à Alameda Casa Branca, andando, desacompanhado. Ele entrou no carro onde encontraria os dominicanos e, em seguida, foi atingido por quatro tiros disparados pelos policiais, que levaram à sua morte. Além dele, morreram também o protético alemão Friedrich Adolf Rohmann e a investigadora Estela Morato (Magalhães, 2012). Por volta das 21h30, cerca de 1 hora e meia após o assassinato, a área da Alameda Casa Branca foi liberada para a imprensa. Nesse intervalo, os policiais armaram a versão oficial da morte de Marighella que, segundo a organização, teria sido fruto de um confronto entre o guerrilheiro, escoltado por integrantes da ALN, e os policiais. Foi esta versão, criada pela polícia e propagandeada ostensivamente pela imprensa na época, que os familiares de Marighella passaram a contestar, em busca da apuração dos fatos, assim como muitas outras pessoas cujos parentes foram assassinados pelo regime militar. (Soares, 2012)

Dez anos depois, em 1979, com a decretação da Lei da Anistia e a volta dos exilados ao país, o movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos ganhou mais força. Grupos como os Comitês pela Anistia e o Movimentos Femininos pela Anistia reivindicavam a apuração e punição dos crimes. Tratam-se de empreendedores da memória, “*agentes sociais que mobilizam suas energias em função de uma causa*” (Jelin, 2002, p. 48), trazendo à tona memórias individuais para a esfera pública, tornando-as parte da sociedade e da memória coletiva.

Clara Charf, a viúva do guerrilheiro, é uma das pessoas que volta do exílio nesse contexto e, junto com o filho de Marighella, Carlos Augusto Marighella, além de muitos outros militantes, engaja-se nesse movimento. Em entrevista para esta pesquisa, Marcelo Ferraz, arquiteto responsável pelo monumento, comenta a atuação de Charf para difundir a memória de Marighella:

Quando a Clara volta do exílio, além de ter se envolvido com o PT e toda a luta político institucional, ela tinha uma missão de tirar o nome do Marighella do ostracismo. Essa foi a missão da vida dela na volta ao Brasil. (Ferraz, 2020)

Nesse processo de retomada da memória, dois episódios anteriores à criação do monumento são centrais. Um deles se deu em 1979, quando os restos mortais de Marighella foram transferidos do cemitério Vila Formosa, em São Paulo, para o cemitério Quinta dos Lázarus, em Salvador, sua cidade de nascença. No local, foi erguida uma lápide desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executada pelo artista Juarez Paraíso. Assim como o monumento localizado em São Paulo, a lápide tornou-se um ponto de encontro e celebração da memória do ex-deputado. No dia 5 de dezembro, data de nascimento de Marighella, anualmente, “um público heterogêneo, formado por organizações do movimento negro, de direitos humanos, políticos locais, estudantes e profissionais liberais diversos prestam suas homenagens no local” (Almeida, Estevez, 2021 p. 151).

O outro marco se deu já no contexto democrático, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 1995, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.140, que estabeleceu a indenização para pessoas desaparecidas durante a ditadura e admitiu examinar os casos de pessoas mortas pelos militares sob tortura nas dependências policiais do Estado ou assemelhadas. Nesse contexto, as famílias de Marighella e Carlos Lamarca decidiram entrar com pedidos na comissão, com o objetivo de provar que ambos foram mortos em locais sob controle do Estado, independentemente de não serem delegacias ou lugares afins (José, 1997). No dia 11 de setembro de 1996, tanto o caso de Lamarca quanto o de Marighella venceram na

comissão, sendo enquadrados na lei. O Estado brasileiro reconheceu sua culpa pelo assassinato dos dois guerrilheiros, indenizando suas famílias, como parte do processo de reparação. Oficialmente, Marighella passou a ser reconhecido como uma vítima da violência de Estado e a Alameda Casa Branca como um local onde um direito foi violado.

Instalado em 1999, o monumento se insere, assim, nesse contexto mais amplo de um processo de recuperação e difusão da memória do fundador da ALN, que continua em curso e disputa até hoje.

Monumentos e políticas da memória

O monumento a Marighella foi idealizado em um período no qual as discussões sobre patrimônio já incluíam conceitos como “lugares de memória” e “políticas da memória”, além de reflexões sobre como representar eventos traumáticos. Neste trecho do artigo, serão retomados referenciais teóricos centrais nesse debate, visando identificar como a homenagem a Marighella se insere nesse panorama.

Termo empregado desde a Antiguidade, o conceito de monumento é associado à memória, à comemoração dos trunfos ou ao tributo dos mortos (Le Goff, 2013). Em sua etimologia, o termo remete ao ato de recordar. O monumento estaria ligado, portanto, à mobilização de uma afetividade, à preservação de uma identidade por via da emoção, a partir de marcos como túmulos, templos e obeliscos, numa conexão entre a morte, o ato de honrar os que se foram, e o presente. Enquanto documento do seu tempo, as funções do monumento também se alteraram de acordo com o contexto histórico.

A iniciativa de preservar edifícios e criar monumentos, por exemplo, ganhou fôlego no período da Revolução Francesa, em 1789 (Choay, 2006). Após as forças revolucionárias tomarem o poder, o Estado passou a incentivar a conservação de certos bens do passado, que representariam a história e a própria identidade nacional. Esses objetos eram vistos como uma herança pública, sendo importante preservá-los e garantir seu legado para a posterioridade. A formação dessa narrativa comum era, portanto, um mecanismo de legitimação dos Estados.

Essa forma de compreender o patrimônio, como portador dos signos de identidade da nação, estendeu-se para grande parte das nações do Ocidente, permanecendo até a metade do século XX. A partir da década de 1950, no contexto pós-guerra, essa visão começa a ser alterada. O conjunto de bens identificados como patrimônio passou a incluir produções culturais produzidas pela população em geral e não apenas pelas elites. A arte deixa de ser vista apenas como um atributo de eruditos e sim como uma forma de expressão humana, comum a todos.

Com essa ampliação, outros atores, além do Estado, ganharam protagonismo, como os movimentos sociais e a iniciativa privada. (Canclini, 1994). Nesse novo entendimento, o patrimônio é tido como um fato social, cujos valores são produzidos pela sociedade, visão expressa no Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que conceitua patrimônio cultural como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (Brasil, 1988).

Essa ampliação do conceito de patrimônio, iniciada a partir da década de 1950, incluiu também a preocupação com a preservação de memórias traumáticas. Impactados pelo trauma do Holocausto, diferentes autores – de teóricos como Theodor W. Adorno a escritores como Primo Levi – passaram a refletir sobre a impossibilidade de documentar e representar a brutalidade do genocídio. Como abordar essas memórias doloridas? Como narrar o inenarrável e impedir que o passado se repita? Esses questionamentos trouxeram à tona novas formas de pensar a memória histórica e a própria ideia de preservação, já que se tornou necessário transmitir para o futuro não apenas lembranças de “grandes feitos”, mas de tragédias expressas em locais como Auschwitz.

Na Alemanha, em especial, o Estado e a sociedade civil realizaram uma série de ações para incorporar a memória do Holocausto à paisagem (Huysen, 2014). Houve, assim, uma aproximação entre os campos da memória, dos direitos humanos e da justiça, intersecção nomeada como “políticas da memória” (Huysen, 2014). A partir dos anos 1990, essas políticas se tornaram transnacionais, emergindo na América Latina, na transição das ditaduras para a democracia, na África do Sul, no contexto pós-apartheid, e em países como Ruanda, marcados pelo genocídio. (Huysen, 2014). Como parte dessas políticas da memória – aliado ao questionamento da ideia de identidade nacional – foram criados inúmeros memoriais dedicados à memória das vítimas de crimes contra a humanidade. Afastando-se da lógica da veneração e do culto, grande parte desses locais era dedicada à contemplação, sendo espaços de luto e dor.

A guinada transnacional dos estudos sobre a memória influenciou claramente a política nacional, os processos judiciais, as Comissões da Verdade e os debates populares de muitos países, e se articulou de maneira vigorosa na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários e até na arquitetura de museus e memoriais. (Huysen, 2014, p. 14).

Aliado a essa discussão, é possível citar o conceito de “lugares de memória”, cunhado pelo historiador francês Pierre Nora na coletânea de livros *Les lieux de mémoire*. Em diálogo com autores como Maurice Halbwachs, que já haviam chamado atenção para a construção da memória coletiva enquanto fenômeno que se dá no espaço público, Nora analisa como as sociedades depositam as memórias em diferentes suportes, de monumentos a canções, com o objetivo de impedir o esquecimento. Segundo o autor, “os lugares de memória nascem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é preciso criar, manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, porque estas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13). Nora considerou os lugares como palco e agentes de acontecimentos, capazes de favorecer reconexões com identidades e tradições históricas.

Nesse sentido, pensando no próprio objeto deste artigo, também é importante pontuar que os lugares da memória não são compostos por uma única narrativa, mas sim por acúmulo de sentidos e interações.

Os lugares de memória não são estáticos, isto é, a conversão de um lugar simbólico em um espaço memorial, seja qual for sua natureza, não faz com que sua história acabe no momento da conversão. Ao contrário, esses lugares funcionam como palimpsestos, onde histórias se acumulam e podem ensinar a sociedade a lidar com os diferentes sentimentos provocados ao longo de sua existência e por seus diversos usos. São espaços que representam as disputas presentes na sociedade, explicitando a dificuldade e mesmo a impossibilidade do consenso, da unanimidade. (Neves, 2014, p. 216).

A questão da resignificação dos espaços também é abordada pela argentina Elizabeth Jelin. A autora pontua que, quando acontecem eventos importantes historicamente, o que antes era um espaço físico se transforma num lugar com significados. Nesse processo de converter um espaço em lugar, há diversos atores e sentidos envolvidos. Ou seja, construir monumento e marcar espaços são processos que se desenrolam ao longo do tempo e que implicam lutas sociais.

Os sentidos nunca estão cristalizados ou inscritos na pedra e no monumento. Como veículo da memória, a marca territorial não é mais que um suporte, cheio de ambiguidades, para o trabalho subjetivo e para a ação coletiva, política e simbólica de atores específicos em cenários específicos. Em alguns casos, dá “certo” e aquele conjunto de significados perdura no tempo. Em outros, se perde a batalha pela marca, seja por contra-marcas de outros grupos ou pelo não reconhecimento da legitimidade de demanda por parte do Estado. (Jelin, 2003, p. 10)

Os conceitos abordados acima apresentam algumas pistas para a reflexão sobre o monumento a Marighella. A obra se insere justamente no contexto de “políticas da memória”, adotado por Huysen, com a aproximação entre os discursos dos direitos humanos e da memória no contexto de redemocratização do Brasil. Também é interessante pensá-la como um suporte, no sentido pontuado por Jelin, de discussões sobre a transição para a democracia, entre outros temas.

Concepção e tensões em torno do monumento

No dia 4 de novembro de 1999, o monumento a Carlos Marighella foi inaugurado na Alameda Casa Branca. Sobre o projeto, Clara Charf afirmou à *Folha de S. Paulo* que ela e os demais companheiros sempre quiseram fazer uma homenagem no local, e que, a princípio, chegaram a cogitar mudar o nome da rua. Mas, depois, concluíram que era melhor criar “um espaço para que aquela coisa trágica fosse incorporada à história da cidade” (Angiolillo, 1999). Marcelo Ferraz ressaltou que, em 1999, o túmulo de Marighella em Salvador estava pouco preservado, precisando de reparos. Nesse contexto, o arquiteto reforçou para Clara a necessidade de, além de restaurar a lápide na capital baiana, marcar o lugar do assassinato de Marighella, em São Paulo. Ele idealizou o monumento, com o intuito de inaugurá-lo por ocasião dos 30 anos da morte do guerrilheiro e o apresentou a Clara, como relata abaixo:

Fiz o projeto e mostrei para a Clara, ela gostou. Decidimos tentar e pedimos apoio para nomes como Antonio Candido, Boris Schnaiderman, Fábio Magalhães, entre outros. Eles assinaram uma carta pedindo autorização para a construção da homenagem. No dia 15 de outubro de 1999, o documento foi enviado ao prefeito. Rapidamente, o projeto foi aprovado e, no dia 4 de novembro, inauguramos a escultura. Foi bacana porque, de repente, uma pedra, algo completamente gauche, fora do contexto dos monumentos tradicionais como o do Brecheret, foi incorporada ao patrimônio municipal. (Ferraz, 2020)

O arquiteto lembra que, durante a instalação da obra, no dia 3 de novembro, um homem que morava no prédio em frente desceu armado, fazendo ameaças. Ferraz ficou apreensivo e saiu do local com a equipe. No dia seguinte, voltou ao local com escolta da polícia para que ele e um ajudante conseguissem finalizar a obra, em segurança. “Foi irônico que, para construir o monumento ao Marighella, a polícia tenha tido que nos proteger” (Ferraz, 2020).

A imprensa publicou matérias sobre as reações contrárias ao marco por parte de moradores da rua. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o morador Edgard Salemi, por exemplo, afirmou que “não havia cabimento uma pedra no meio da calçada, em homenagem a um terrorista. Vai virar um jazigo, uma baderna”. (Angiolillo, 1999)

Após sua inauguração, o monumento foi incluído no inventário das obras de arte em logradouros públicos de São Paulo, realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da cidade. A inclusão garante sua proteção e limpeza pela prefeitura, serviços que precisam ser acionados com certa constância até hoje, já que, desde o dia da instalação, a escultura gera conflitos. Passados mais de 20 anos, a pedra foi a única parte do conjunto do projeto que permaneceu, não havendo mais o tronco da árvore e a resina. A escultura inclusive mudou de localização na rua, estando cerca de 20 metros abaixo da posição original. No entanto, há uma diferença central: o monumento que antes ficava perto da porta de entrada de um edifício, agora se encontra na saída de serviço do prédio, como aponta Ferraz: “O local original era bem pertinho, só um pouco mais para cima. Tiraram e colocaram na entrada de serviço do prédio, de onde sai o lixo. Até isso é simbólico, né? De colocarem onde fica o lixo” (Ferraz, 2020).

Desde sua instalação, o monumento já sofreu diversas intervenções contrárias, cujas marcas estão presentes até hoje em sua materialidade. Em agosto de 2000, por exemplo, a obra amanheceu com uma placa de mármore, fixada em sua superfície sob a inscrição original, contendo a seguinte frase: “Aqui foi

executado o assassino terrorista Carlos Marighella. Aqui a justiça venceu”. Em 2014, foi pichado com os dizeres “Marighella vive no inferno” e, em 2019, foi novamente pichado com as letras “CCC”, em referência ao Comando de Caça aos Comunistas. Em julho de 2021, dias após a escultura do bandeirante Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, ter sido incendiada em um ato de protesto promovido pelo coletivo Revolução Periférica, o monumento a Marighella e o painel em homenagem à vereadora Marielle Franco, em Pinheiros, amanheceram cobertos de tinta vermelha.

É possível citar ainda muitas outras intervenções contrárias. Por outro lado, a militância se mobiliza continuamente para proteger o monumento, acionando a prefeitura para restaurar o marco ou ainda limpando a obra, em ações autônomas. Além disso, também ocupam o local com atos anuais, como mencionado, incentivando que a obra reverbere para além de sua materialidade e que a memória de Marighella se imponha no local, mesmo diante de um ambiente hostil.

Neste panorama mais amplo, tanto as ações de preservação quanto de depredação do monumento podem ser vistas como parte do seu processo memorial e não como pólos opostos. Segundo o historiador Marcos Napolitano, processo memorial pode ser entendido como “a dinâmica de apropriações e reapropriações de um lugar de memória por grupos e atores diversos, envolvidos em disputas de memória” (Napolitano, 2022, p. 108). Essa dinâmica é marcada por diversas etapas, que não acontecem necessariamente de forma linear, incluindo a identificação do lugar pelas vítimas, as lutas dos movimentos sociais pela sua preservação, o possível reconhecimento pelo Estado, além de sua incorporação em circuitos de visitação massiva. Nesse sentido, “atos de vandalismo por intenção ou descaso atravessam todas as fases deste processo memorial e fazem parte da história do patrimônio, ainda que na contramão do preservacionismo e do direito à memória” (Napolitano, 2022, p. 106).

Ou seja, marcar espaços, envolve disputas e negociações, além da recepção das pessoas que circulam pelo local e que atribuem sentidos a eles, como abordado anteriormente. Desta perspectiva, as intervenções contrárias não são necessariamente opostas à conservação dos bens, como se houvessem dois mundos separados, mas integram um conjunto de reações diante da obra. O monumento a Marighella traz em sua trajetória, e também em seu próprio suporte, essas constantes batalhas pela memória. Como palimpsestos, essas ações de ataque e defesa parecem se acumular na obra, com camadas de tempos, disputas e contradições que se sobrepõem. Esses conflitos envolvendo a obra ecoam também as disputas em torno da própria memória da ditadura civil-militar, tema ainda latente na sociedade brasileira.

Atos: a militância ocupa o monumento

Ainda que tenha sido autorizado pelo Estado e hoje integre o patrimônio municipal de São Paulo, o monumento é fruto de uma iniciativa da sociedade civil. É a ação constante dos movimentos sociais que garante que a obra seja preservada e continue reverberando. Anualmente, todo 4 de novembro, a militância realiza atos no local, ocupando o espaço com cartazes, flores e palavras de ordem, em encontros que homenageiam o legado de Marighella e estabelecem conexões com pautas contemporâneas.

Nesta parte do artigo, não será feita uma cronologia ou descrição de cada manifestação, mas uma análise panorâmica, mapeando personalidades, organizações e símbolos recorrentes nos eventos. Em termos de partidos e organizações, os atos conjugam certa variedade, ainda que no campo da esquerda. É possível encontrar nas manifestações representantes do PT, do PSOL, do PCB, do PCdoB, além de movimentos sociais como o MST, a UNE e o Levante Popular da Juventude, entre outros. A maior parte das pessoas é ligada às organizações de esquerda do período da ditadura, nomes como Clara Charf, Cloves de Castro (1939-2022), Aton Fon Filho, José Luis Del Roio, Rose Nogueira e Adriano Diogo, mas também comparecem jovens e coletivos, ainda que em menor número.

A participação varia de ano para ano, tendo maior público em datas redondas. Nos registros encontrados na imprensa, constam geralmente entre 50 e 100 pessoas. Não se trata, assim, de uma mobilização com grande público, tendo em vista que hoje Marighella é uma personagem conhecida, sendo tema de filmes, livros e etc. Porém, o que se destaca é a frequência, já que, mesmo sendo feito em um

local de bastante hostilidade, o evento acontece praticamente todo o ano, engajando militantes que, independentemente do contexto político do país, se reúnem para renovar seu compromisso com a memória do líder comunista. Sobre os participantes, o jornalista Mário Magalhães, biógrafo de Marighella, ressalta o caráter de reencontro que prevalece nos atos:

Outro ponto interessante é que aquela pedra, aquela homenagem, e os atos do 4 de novembro transformaram aquele lugar num espaço de reencontro. Então, pessoas que ficam sem se ver por anos, décadas, acabam se reencontrando naquele espaço. Era ali que quase todo ano a gente via, por exemplo, o Raphael Martinelli, um dos principais militantes ferroviários da história do Brasil, o Cloves de Castro, a dona Clara Charf, a dona Sarita Grinspum, irmã dela. [...] Obviamente que a audiência vai se renovando, vão jovens militantes, novos agrupamentos políticos. Mas o 4 de novembro é ainda esse espaço de reencontro de veteranos de guerra. (Magalhães, 2023)

Alguns encontros também contam apresentações musicais e leituras de poesias. A obra é assim dinamizada a partir de discursos, palavras de ordem, cartazes, entre outros recursos. Desde a inauguração do monumento, por exemplo, são depositados flores, bilhetes e até mesmo velas no local. Nesse sentido, os atos de 4 de novembro podem ser entendidos como parte de um trabalho criativo da memória, que atribui sentidos aos locais (Catela, 2001).

Esse trabalho criativo foi central, por exemplo, para tratar da questão dos desaparecidos políticos em países do cone sul. Diante de situações de trauma e rompimento, como as violações de direitos humanos nas ditaduras, os familiares e militantes precisaram criar novas estratégias para fazer política, já que as estratégias anteriores, do contexto pré-golpe, pareciam não dar conta dessa nova realidade (Catela, 2001). Foram idealizados rituais, manifestações, entre outras iniciativas, para que a memória dos desaparecidos políticos estivesse presente nas cidades, criando uma presença para o que estava ausente. Essas ações funcionam como uma ponte entre o privado e o público, sensibilizando a sociedade e elaborando estratégias e iconografias para tornar o tema visível na paisagem. Nesse sentido, “a atualização ou criação de um lugar conjuga a mobilização do passado histórico, a referência a um grupo de pertencimento e a invenção de um ritual comemorativo” (Catela, 2001)

Diálogos com pautas do presente

O monumento a Marighella é mobilizado, portanto, pela ação dos participantes dos atos, que, todo ano, ocupam o local, fazendo essa ponte entre o indivíduo e o coletivo, o privado e o público. Essa conexão também se dá nos próprios temas abordados, já que os eventos partem da memória do comunista para tratar de outros assuntos que atravessam a esfera pública.

Nos atos, muitas falas mesclam comentários sobre a vida e obra de Marighella com reflexões sobre a situação política do país e do mundo. Alguns participantes, por terem conhecido o guerrilheiro, têm uma abordagem mais afetiva, contando histórias e casos, já outros fazem falas focadas na figura pública do líder da ALN e como suas ideias dialogam com as questões presentes, seja o avanço da extrema direita ou o combate ao racismo. A defesa do comunismo aparece em alguns discursos, mas não todos. Já o tema da busca por Memória, Verdade, Justiça, associada ao período da ditadura, mas também às violações de direitos humanos em geral, costuma ser recorrente.

No evento de 2004, por exemplo, Clara Charf fez um discurso reivindicando a apuração dos crimes cometidos durante o regime militar e a abertura dos arquivos militares. “Há muito o que ser explicado, não só no caso do Marighella, mas em relação às outras famílias”, afirmou à imprensa (Estado de São Paulo, 2004). Quase dez anos depois, em 2013, o assunto continuou presente. Neste ano, Gregório Gomes da Silva, filho do operário Virgílio Gomes da Silva, militante da ALN, e Laura Petit da Silva, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Político, compareceram à manifestação e defenderam a importância da juventude assumir as lutas e o legado da geração anterior (Albuquerque, 2013).

As disputas envolvendo a presidência também aparecem nos atos, seja o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, ou a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, entre outros. O professor e ativista Cloves Alexandre de Castro, filho de Cloves de Castro (1939-2022), ex-integrante da ALN e um dos principais organizadores dos atos, comenta o impacto do cenário político nos eventos:

Teve um ato em especial, o de 2019, que foi bastante forte. Eu não estava, mas meu pai compareceu. Ele estava falando, abrindo o ato e aí começaram a passar algumas pessoas provocando. Meu pai então enfatizou a importância de não reagir por conta desse clima já presente no país. Mas assim sempre foi um ambiente hostil e, a partir de 2016, com o golpe contra a Dilma e a ascensão do Bolsonaro, em 2019, se tornou muito mais. (Castro, 2023)

O tema da polarização política também foi abordado nos discursos do encontro em 2019, que trataram em grande parte dos riscos da ascensão dos grupos de extrema direita ao poder. Uma das pessoas presentes foi a atriz, política e ativista Maria Marighella, neta do comunista baiano, que mencionou a importância de tratar da memória de resistência à ditadura militar, que estaria em risco pela gestão do então presidente Jair Bolsonaro. Em entrevista à imprensa, ela também destacou a necessidade de reinventar estratégias de fazer política, a partir da própria memória: “O novo ciclo é dizer ao Brasil quem é Marighella. Há muitos Marighellas (...) A luta antirracista e antimachista em curso é Marighella. A cada vez que reinventamos a luta, reinventamos Marighella”. (Linhares, 2019).

Ainda neste ano, diversas pessoas estabeleceram paralelos entre a vereadora Marielle Franco (1979-2018), assassinada no ano anterior, e Marighella. Os discursos aproximavam as trajetórias e lutas dos dois, importantes lideranças negras de esquerda, brutalmente mortas². Paulo Vannuchi, ex- ministro dos direitos humanos, por exemplo, afirmou que o país estava passando por um período muito difícil, no qual “o Estado de direito não vale mais” e que “o desafio do momento é sintetizado por Marighella e Marielle” (Linhares, 2018).

Os atos subsequentes também trouxeram à tona assuntos centrais do debate público nacional, como o combate da pandemia de covid-19 no Brasil e o processo de uberização do trabalho, mencionados em 2021, ou mesmo do cenário internacional, como o conflito entre Israel e Palestina, bastante citada no último encontro, em 2023.

Considerações finais

Esse breve panorama mostra como os atos vão além da celebração da memória individual de Marighella. Ainda que discursos de culto à personalidade estejam presentes, em seu conjunto, os encontros apontam para debates mais amplos, tanto sobre a memória da ditadura civil-militar quanto a respeito da conjuntura política do país. A reverência à memória une-se ao posicionamento político diante das questões contemporâneas. As manifestações, desta forma, agregam novas camadas de sentido ao marco, evocando discussões que não estavam presentes necessariamente no momento de sua inauguração.

Diferente de outros monumentos, este tem uma vida além da sua materialidade. Há um dinamismo, um movimento que faz parte do seu projeto. Nesse sentido, é possível olhar a escultura e os atos como duas faces da mesma moeda, de uma mesma obra, que é viva, em constante movimento e não estática. Como afirmado, esse movimento constante é garantido pela presença da militância que, todo ano, comparece ao local. Em termos de continuidade, o desafio que se coloca é se as novas gerações vão assumir esse legado. A memória desses atos vai se perpetuar? Esse lugar continuará a reverberar, acompanhando as novas leituras e representações em torno de Marighella hoje presentes na sociedade? Caso a obra

² Tema que renderia um artigo por si só, a aproximação entre Marielle e Marighella aparece em obras artísticas, grafites e palavras de ordem. Os dois também se tornaram alvos de ataque, em especial no governo de Jair Bolsonaro, com casos como o da quebra da placa com o nome de Marielle por lideranças bolsonaristas ou ainda a exclusão das obras sobre Marighella do acervo da Fundação Palmares pelo seu então presidente Sergio Camargo. Em fevereiro de 2019, no lançamento do filme *Marighella*, no Festival de Berlim, o diretor Wagner Moura e o elenco posaram no tapete vermelho segurando uma placa com o nome de Marielle.

estivesse em outra região, que não o bairro dos Jardins, um dos mais elitizados da cidade, os atos teriam um público mais amplo e diversificado? Esses são alguns dos impasses que se colocam para o futuro.

De qualquer forma, ao analisar a trajetória do monumento, é possível entender como, mesmo aparentemente passando despercebido, o memorial agrega mais uma camada na história de mobilizações na cidade e de disputas pelos sentidos do período da ditadura civil-militar brasileira. Em um momento no qual o que se constitui por patrimônio e os próprios símbolos nacionais estão em processo de intensa discussão, este monumento, dedicado a um homem negro e de esquerda, assassinado pelo Estado brasileiro, aponta para caminhos interessantes, nos quais a participação coletiva é ponto fundamental.

Referências

- ALMEIDA, Priscila Cabral, ESTEVEZ, Alejandra Magalhães. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1o BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella - Salvador (Bahia). **Lugares de memória e de consciência na América Latina**, v. 27, n. 1, 2021.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CATELA, Ludmila. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. Hucited editora, 2001.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Editora da Unicamp, 2013
- JELIN, Elizabeth. **¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?**. Los trabajos de la memoria. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- JELIN, Elizabeth. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**, Siglo XXI de España Editores, S.A., 2003.
- JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella**: o inimigo número um da ditadura militar. São Paulo: Sol Chuva, 1997.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. Companhia das letras, São Paulo, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para heróis? O bota-abixo das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. *In*: NAPOLITANO, Marcos; KAMISKI, Rosane (org.). **Monumentos, memória e violência**. Editora Letra e Voz, 2022.
- NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NORA, Pierre; NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. (2012). *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. **Projeto História**: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, v. 10. 1993
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Inventário de Obras de arte em logradouros públicos de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Inventario_de_Esculturas_1261586685.pdf
- SOARES, Wagner dos Santos. **De inimigo público a herói nacional**: representações da morte de Carlos Marighella. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, 2012.
- TELES, Janaina. *Ditadura e Repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo*. Lua Nova, São Paulo, 1996, p. 191-220, 2015.

Imprensa

ALBUQUERQUE, Flavia. **Marighella ganha homenagem no local onde foi assassinado pela ditadura.**

Agência Brasil. 4 de novembro de 2013. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/marighella-ganha-homenagem-no-local-onde-foi-assassinado-pela-ditadura-4629/>

ANGIOLI, Francesca. Morador impede colocação de marco a Marighella em SP. **Folha de S.Paulo, 4 de**

novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0411199929.htm>

ANGIOLI, Francesca. Morte de Marighella ganha marco em SP. **Folha de S. Paulo, 4 de novembro de 1999.**

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0411199924.htm>

FAGUNDEZ, Ingrid. Marighella: por que uma pedra em homenagem a guerrilheiro atrai ataques e aplausos em

bairro nobre de SP. **BBC Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47423625>

LINHARES, Carolina. Ato de 50 anos da morte de Marighella tem defesa de resistência à direita no poder. **Folha**

de S. Paulo, 4 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/ato-de-50-anos-da-morte-de-mariguella-tem-defesa-de-resistencia-a-direita-no-poder.shtml>

PLACA CONTRA MARIGHELLA é fixada em monumento a sua homenagem. **Folha de S.Paulo, 12 de agosto de 2000.**

VIÚVA DE MARIGHELLA DEFENDE ABERTURA DE ARQUIVOS. **Estado de S. Paulo, 5 de novembro de 2004.**

Entrevistas

CASTRO, Cloves. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore. São Paulo (SP), 6 de março de 2023.

FERRAZ, Marcelo. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore, por zoom, em 25 de setembro de 2020.

MAGALHÃES, Mario. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore, por videochamada, em 9 de março de 2023.